

COMUNICAÇÃO

DIGITAL DE CIRCULAÇÃO INTERNA



PARCEIROS TROCAM IDEIAS SOBRE METAS E OBJECTIVOS DO MIREMPET

CONFIRA AINDA NESTA EDIÇÃO

- O rosto da casa: “ Os 27 anos de Francisca ”
- ITIE Angola e Moçambique partilham experiências
- RECURSOS MINERAIS: bênção ou maldição?



ANGOLA E COSTA DO MARFIM BUSCAM COOPERAÇÃO MINEIRA E PETROLÍFERA

Os governos de Angola e da Costa do Marfim assinaram, a 28 de Junho, na capital costamarfinense, um Acordo de Cooperação nos domínios mineiro e dos hidrocarbonetos.



MUHATU MIREMPET LEVA DONATIVOS A MAIS DE 300 CRIANÇAS

Acção de beneficência foi em alusão ao mês da criança e visou acudir a carência que enfrentavam cerca de 310 crianças, com idades compreendidas entre os 6 e 10 anos, no ensino pré-escolar.



CONFERÊNCIA SOBRE INVESTIMENTO NO SECTOR : UÍGE ACOLHE FEIRA MINEIRA E AGRÍCOLA

No âmbito da Conferência Sobre Investimento no Sector dos Recursos Minerais Petróleo e Gás, realizada no Uíge, representantes dos 16 municípios da província expuseram, a 27 de Junho, os seus produtos agrícolas e alguns minerais que representam as potencialidades da província.

O pad
para a
gover
os

FÁTIMA MIMBIRE FALA SOBRE INTERCÂMBIO ENTRE OS COMITÉS ITIE-ANGOLA E MOÇAMBIQUE

Os Comitês Nacionais da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (ITIE) de Angola e Moçambique realizaram, em Maputo, de 1 a 4 de Julho, a Semana de Intercâmbio. Integraram os dois Comitês representantes do Governo, da indústria extractiva e representantes da sociedade civil, tendo passado em revista assuntos como a legislação aplicável à indústria extractiva, processos de outorga de direitos para o exercício da actividade mineira e petrolífera, a disponibilização e divulgação de informações, responsabilidade social, capacitação das comunidades, entre outros.

Fátima Mimbire representa a Sociedade Civil na ITIE de Moçambique e concedeu-nos uma entrevistada em que fala sobre a importância do intercâmbio entre os Comitês (ITIE-ANGOLA e Moçambique), conhecimentos obtidos pelas partes e vantagens da implementação da Iniciativa de Transparência nos dois países.

News Letter (NL): Que importância atribui a semana de interação entre os comitês da ITIE de Angola e de Moçambique?

Fátima Mimbire (FM): Tem sido uma semana bastante produtiva, útil e de grande aprendizagem. Não só para os angolanos que vieram beber da experiência de mais de quinze anos de Moçambique, na implementação do ITIE, com

onze relatórios já produzidos e em preparação o décimo segundo, mas nós também estamos a aprender algumas boas práticas que Angola tem, alguns desafios que a Angola tem estado a lançar e que mostram que Moçambique pode fazer mais e melhor. Por exemplo, aprendemos sobre a implementação da ITIE em Angola que teve a possibilidade de fazê-lo de maneira diferente, com menos erros que Moçambique, contando com a experiências que Moçambique partilhou, como é o caso da composição do grupo de coordenação.

No que diz respeito à integração da sociedade civil, geralmente costuma ser um problema em todos os países que iniciam o processo de implementação, já que, às vezes, o Governo quer puxar muito para si a prerrogativa de identificar ou seleccionar os membros da sociedade civil. Angola percebeu que não é esse o mecanismo e fê-lo de forma interessante, por via de concurso público e depois colocou as organizações seleccionadas a escolherem entre si os que são efectivos e os suplentes.

NL: Como funciona a integração da sociedade civil em Moçambique na ITIE?

FM: No caso moçambicano é diferente porque a sociedade civil tem uma consistência própria,

representada através de duas plataformas que são especializadas na área da indústria extractiva e elas conduzem o processo autónomo, independente, onde seleccionam, com base em termos de referência pré-determinados e, tendo em conta o padrão requisito da ITIE, seleccionam os seus representantes que vão integrar o comité de coordenação. A plataforma faz uma carta a informar ao presidente do comité de coordenação que nomeou as fulano e sicrano para integrarem o comité para um mandato específico que em Moçambicano são três anos e mais três anos renováveis. Portanto, é um processo que acho que Angola fez de maneira até muito mais interessante do que nós.

NL: Que experiencias o comité angolano pode colher de Moçambique?

FM: Moçambique já tem uma experiência muito vasta sobre a produção de relatórios. São mais de dez produzidos e há um entrosamento muito grande das instituições e das empresas que começam a compreender a importância de participar deste processo da ITIE. Continuamos a ter desafios de algumas empresas que não colaboram e também de algumas empresas que, colaborando, não dão informação que permita dar qualidade ao relatório. As análises independentes da sociedade civil têm mostrado essas discrepâncias em alguns reportes das próprias empresas. Também notámos que do lado do Governo existe um pouco de resistência para fazer as reformas necessárias, de modo a assegurar que a colecta de dados e a disponibilização de informação seja efectiva e reflita a realidade daquilo que se pretende reportar, sobretudo no que diz respeito ao volume de impostos que são pagos pelas empresas, a questão dos dividendos que são pagos pelas empresas públicas, os volumes de produção, a questão dos minerais, o emprego, a questão ambiental que hoje se torna em um requisito muito importante, porque é preciso começar a tornar transparente a avaliação do impacto ambiental por um lado, mas sobretudo os estudos e as acções de mitigação ambiental. Portanto, a implementação dos planos de gestão ambiental feita não só pelas empresas, mas também pelas instituições públicas e todo o investimento e esforço que estão a ser feitos para o processo de fecho de minas.

NL: Quais são critérios que passam para o processo de o fecho de uma mina, por exemplo?

FM: O fecho de minas não ocorre no momento em que as operações cessam. É um processo que se prepara desde o início das operações e, no caso moçambicano, é diferente do que ocorre em Angola. Angola pode explorar um pouco mais do lado moçambicano. Por exemplo, a nossa legislação mineira e petrolífera prevê que as empresas façam uma caução inicial num fundo para o fecho ou desmobilização e anualmente eles vão fazendo depósitos que são acordados entre o Governo e as empresas numa conta específica que pode ser auditada. É aqui que nós chamamos para a necessidade, em sede de relatórios da ITIE, de incluirmos esta informação, porque queremos acompanhar e monitorar, até porque existem estudos interessantes da Universidade de Queensland da Austrália, um país bastante mineiro, que mostrou que bilhões de dólares que as empresas fizeram poupanças ou caução para o fecho de minas não eram suficientes no contexto actual, por causa dos custos que daí advêm. Compare um contexto de poupar e ainda assim não ser suficiente porque os custos são mais altos e nós que não fazemos a adequada poupança.



No modelo angolano os valores de poupança vão para a CUT e o dinheiro na CUT, tanto em Angola como em Moçambique, vai para financiar o Orçamento do Estado. Uma vez usado, significa que o Estado, mais tarde, vai ter que fazer esforços para repor aquele valor para o fecho da mina ou vai ter que fazer alguma ginástica para que isso seja feito. Achamos que Angola pode progredir para uma situação de um fundo específico onde cada empresa, para cada projecto, vai fazer a sua poupança que é monitorável numa regularidade que pode ser definida.

NL: Diga-me, para chegar a esse nível de conhecimento, de competência, para além do seu esforço, de suas investigações, faz-me crer que a sociedade civil moçambicana teve um percurso a fazer. Eu gostava que me dissesse que desafios é que tiveram?

FM: Bom, como sociedade civil, talvez é importante contar esse histórico que pode ser útil para Angola. Quando Moçambique decidiu aderir à ITIE, a sociedade civil já se estava a especializar na área da indústria extractiva e o debate sobre o boom dos recursos de Moçambique já tinha iniciado e as organizações da sociedade civil já estavam a trabalhar nessa área e de forma muito especializada. É preciso mencionar isso. Nessa altura, **algumas organizações já integravam uma coligação internacional que se chama “Publish What You Pay”**. Continuamos a integrar esse grupo e esperamos que os angolanos possam também juntar-se à “Publish What You Pay”, se ainda não se juntaram, porque achamos que é um mecanismo através do qual nós beneficiamos de uma troca de experiências com vários países. Estão lá quase todos os países do mundo. Temos a oportunidade de aprender de outros países. Várias formações são oferecidas e tivemos a oportunidade de beneficiar delas, seja sobre como compreender o sector extractivo, como é que funciona, quais são as grandes questões, as temáticas de debate e preocupações. Depois, quando veio a discussão sobre a transparência dos contratos, nós também entramos e beneficiámos de informações sobre questões de como ler um contrato. Ao nível pessoal, fui fazer um MBA em gestão de negócios de petróleo e isso deu-me uma maior visão sobre o sector. Beneficiei de uma formação na “Columbia University” sobre a questão da governação, a economia do sector extractivo e várias outras formações que foram ministradas por organizações que integram a “Publish What You Pay”. Enquanto sociedade civil, também fomos organizando ao nível nacional algumas formações que beneficiaram várias organizações da sociedade civil baseadas em Maputo e nas demais províncias.

NL: De que forma foram envolvidas as comunidades neste processo?



FM: É muito interessante isso. Trabalhámos na capacitação desta franja social e hoje temos comunidades que se organizam em plataformas para lutarem e defenderem os seus próprios interesses. Portanto, até algumas dessas comunidades integram as nossas plataformas, significando que as nossas plataformas não são compostas apenas por organizações da sociedade civil, mas também por grupos de cidadãos de comunidades ricas em recursos que entram e têm acesso a um conjunto de informações e conhecimento que lhes permite participarem de forma informada e activa no processo de gestão. Em relação ao processo conduzido por Moçambique até aqui, foi uma luta muito grande. No início, havia muita desconfiança entre a sociedade civil e o Governo, entre a sociedade civil e as empresas. Havia muitas clivagens, era difícil ter uma conversa que terminasse em consenso. Compreender aquilo que é o padrão ITIE, o porquê que ele existe, o que ele visa, a intervenção do próprio secretariado internacional ajudou a fazer compreender todas as partes qual era o nosso papel neste fórum. Portanto, a ITIE criou uma plataforma, visto que tínhamos apenas os observatórios de desenvolvimento que incluíam somente o Governo e a sociedade civil. Hoje temos uma plataforma que inclui o Governo, a sociedade civil e um ente privado que são as empresas. Todos nós sentamos para discutir os desafios, apontar os problemas, mas em conjunto também buscamos soluções para melhorar. Então, como sociedade civil, o primeiro embate foi na própria composição, porque o Governo, no início, identificou um grupo de organizações e achou que essas representavam a sociedade civil, então tivemos que fazer advocacia, isso resultou na alteração dos termos de referência, o comité de coordenação e a sociedade civil

passaram a ter autonomia, o sector privado também passou a ter autonomia para indicar os seus próprios membros. Isso foi um avanço muito grande e foi a partir daqui que conseguimos começar a ter um comité de coordenação mais técnico, mais especializado, mais maduro para aquilo que era um desafio do país. É verdade que continuamos a ter alguns problemas porque a sociedade civil tem uma expectativa muito mais alta, mas o Governo tem sempre as suas reservas, as empresas também têm sempre as suas reservas, então é um processo negocial constante, regular e é por isso que enquanto integramos o processo de produção do relatório também fazemos as análises autónomas que ajudam até a informar os próximos relatórios do ITIE. Estas questões, por exemplo, de qualidade de dados, discrepâncias de informação, têm sido apresentadas pela sociedade civil e o consultor independente, que é contratado para fazer os relatórios, toma em consideração estas recomendações. Portanto, o ITIE é uma escola muito interessante.

NL: Para terminar, como classifica o itie?

FM: A ITIE não pode ser visto como o fim em si. Tem que ser visto como uma base, apresentámos uma metodologia de trabalho e nós temos que pegar essa metodologia, adaptá-la ao nosso contexto e fazer o melhor para os nossos cidadãos, porque, no fim do dia, a ITIE visa garantir uma boa governação dos recursos e ao gerir bem os recursos estamos a beneficiar os nossos cidadãos e os nossos próprios países. Portanto, tem de ser um processo, um caminho, um instrumento, uma ferramenta e não um fim em si. Quando se faz um reporte é preciso saber que eu tenho que melhorar, o que é que tenho que reformar num sistema para ter uma governação que seja equitativa, transparente, justa e que seja conducente aos direitos humanos. Penso que é desta forma que devemos olhar para esta grande escola que é a ITIE.





PARCEIROS TROCAM IDEIAS SOBRE METAS E OBJECTIVOS DO MIREMPET

Os objectivos, metas e principais projectos do sector, definidos no PDN e PSD 2023 – 2027, foram apreciados, a 25 de Junho, no encontro de trabalho do Sector dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, orientado pelo Ministro Diamantino Azevedo.

O evento juntou entidades do Sector público e privado e convidados extra-sector com o objectivo de analisar as dificuldades, desafios e como atingir os propósitos enumerados no PDN 2023-2027, conforme introdução do titular do Ministério que defendeu a inovação e a busca de novas ideias e tecnologias como meios para alcançar as metas.

O governante avançou que Angola "está muito bem equipada em termos de legislação, infra-estruturas e quadros bem formados" em relação aos países vizinhos. "Temos infra-estruturas para fazer mais e melhor", acrescentou.

Em relação aos desafios, disse que estão a ser considerados todos os objectivos e metas do sector e, entre os principais, exemplificou o alcance das metas de produção de petróleo e a criação das condições para que o petróleo continue a ser um recurso explorado em Angola, acrescentando que existem outros aspectos ligados às indústrias de refinação, petroquímica e fertilizantes, exploração de aço, continuação de exploração e lapidação de diamantes, ouro e outros minerais, incluindo a descarbonização.

Por seu turno, o PCA da SONANGOL, Sebastião Martins, frizou que o encontro serviu para cada entidade ou empresa ligada ao Sector dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás fazer uma reflexão de como pode atingir os objectivos, tendo em conta as metas definidas.

Ganga Júnior, considerou "positiva" a perspectiva para o sector dos diamantes para 2023/2027. "Embora as nossas metas sejam todas ambiciosas, temos condições de as cumprir", sublinhou o PCA da Endiama.

Por outro lado, o Administrador Executivo da ANPG, Alcides Andrade, afirmou que o foco da Agência é mitigar o declínio do Petróleo Bruto. "Foi possível estabilizar os níveis de produção para um milhão e cem mil barris por dia, diferente do período anterior".

Operadoras privadas do Sector, ex-dirigentes, líderes de associações socio-profissionais e responsáveis da banca nacional partilharam igualmente ideias e experiências para o desenvolvimento sustentável do sector mineiro e de hidrocarbonetos, tendo valorizado o evento de brainstorming entre actores de vários segmentos empresariais e de ciências que concorrem para o conhecimento, financiamento, pesquisa, exploração e extracção de recursos minerais e hidrocarbonetos em Angola.



ANGOLA E COSTA DO MARFIM BUSCAM COPERAÇÃO MINEIRA E PETROLÍFERA

Os governos de Angola e da Costa do Marfim assinaram, a 28 de Junho, na capital costa-marfinense, um Acordo de Cooperação nos domínios mineiro e dos hidrocarbonetos. O Ministro Diamantino Azevedo rubricou o documento diante do seu homólogo da Costa do Marfim, numa cerimônia que decorreu no âmbito da visita do Presidente João Lourenço àquele país.

O acordo compreende o intercâmbio de informação técnico-científico nas áreas mineira, de petróleo e do gás; visitas técnicas de especialista; formação de quadros angolanos e costa-marfinenses nas áreas mineira e petrolífera; o estabelecimento de um quadro de parceria para o investimento nas áreas mineira e petrolífera e desenvolvimento de infra-estruturas.

No mesmo dia, o Ministro diamantino Azevedo participou no Fórum de Negócios Costa do Marfim - Angola, aberto pelo Ministro de Estado para a Coordenação Económica de Angola, José Massano, na presença do Vice-Presidente da Costa do Marfim, Tiémoko Meyliet Koné.





ITIE: ANGOLANOS E MOÇAMBICANOS DEFEDEM MAIS INTERCÂMBIO ENTRE LUSÓFONOS

Temas como legislação aplicável à indústria extractiva, processos de outorga de direitos para o exercício da actividade mineira e petrolífera, disponibilização e divulgação de informações, responsabilidade social, capacitação das comunidades entre outros.

Para o Director Executivo do Comité Nacional de Coordenação da ITIE-ANGOLA "o balanço é positivo", tendo em conta a abrangência e profundidade dos temas abordados durante os 4 dias. José Malanga tomou como "marcante" o facto de Moçambique ter realizado um censo da actividade de exploração artesanal e que "pôde determinar quantos enveredam pela prática, os minerais extraídos, as razões e quanto o país perde com o exercício da actividade mineira artesanal", algo que recomenda para Angola.

Por seu turno, a Coordenadora Geral da ITIE-Moçambique diz ter anotado "muitas lições aprendidas", destacando o facto de Angola possuir um código mineiro que concentra toda a legislação aplicável à mineração. Isabel Chuvambe defende a continuidade do intercâmbio com outros países lusófonos implantadores da ITIE e pede mesmo que o português "seja tido como língua de trabalho na organização".

Djanira Santos, defende igualmente o intercâmbio com outros países lusófonos, "dada a facilidade linguística" que pode acelerar a aprendizagem. A administradora Executiva da ANRM aponta como desafios da ITIE-Angola a remoção de algumas barreiras legais na disponibilização de informações por parte de empresas e instituições, como forma de o país se conformar aos padrões da organização internacional de que se tornou membro em 2022.

"O compartilhamento de sucessos e desafios" foi apontado por Tatiana Alvarenga como "o principal ganho" da Semana de Intercâmbio entre os Comités da ITIE de Moçambique e Angola. A acompanhante do Secretariado Internacional aos países lusófonos africanos promete dar continuidade à troca de experiências com outros países membros da organização.

Integraram a delegação angolana a Direcção do Comité Nacional de Coordenação, representantes do Governo, da indústria extractiva e da sociedade civil.



"ITIE-Angola deve levar a expectativa à sociedade"

Angola aguarda pelo pronunciamento do Secretariado Internacional da ITIE em relação ao seu primeiro Relatório de Implementação da norma no país, algo que gera alguma expectativa por parte dos membros do Comité de Coordenação.

Isabel Chuvambe, diz que "tratando-se de avaliação do país e não apenas do Comité, a expectativa deve ser da sociedade em geral" e avança que, normalmente, "as recomendações ao Relatório apontam para oportunidades de melhoria" que podem incidir sobre a conformação legal para que as empresas extractivas forneçam informações e haja divulgação de contratos rubricados entre estas e o Estado.

A Directora Executiva da ITIE-Moçambique recorreu ao percurso do seu país (14 anos na organização) que viu tais deveres acomodados legalmente em 2013 e vaticina que "Angola precisará de melhorar alguma legislação vigente, quanto ao acesso às informações e divulgação de relatórios".





ENI-LANÇA PROGRAMA COZINHA SUSTENTÁVEL

A petrolífera Italiana Eni, lançou a 4 de Julho, em Luanda, o programa “Cozinha Sustentável” (Clean Cooking) que vai distribuir 500 mil fogareiros com eficiência térmica, prevendo a redução das emissões de quatro milhões de toneladas de dióxido de carbono.

Segundo o Secretário de Estado para o Petróleo e Gás, o programa "Cozinha Sustentável" está a despertar a atenção dos decisores em todo o mundo, visto que um terço da população global ainda confecciona as refeições em fogueiras, inalando o fumo nocivo libertado pela queima do carvão vegetal e da lenha, o que provoca a morte de cerca de 3 milhões de pessoas anualmente.

“Na África Sub-saariana, cerca de 80% da população não tem acesso a cozinhas limpas, representando 40% da população mundial”, disse José Barroso, acrescentando que, em Angola, segundo dados do Banco Mundial, 50% da população ainda não tem acesso à cozinha limpa, provocando um grande impacto nas condições de saúde das mulheres e crianças e no aquecimento global, devido à crescente desflorestação.

"O Executivo angolano entende que é necessário um quadro regulatório sobre os mercados de carbono, para permitir a promoção de um ambiente de negócio adequado e atrair os investidores em novas soluções energéticas de baixo carbono e outros instrumentos de financiamento inovadores", advogou.

A implementação do projecto "Cozinha Sustentável" nas zonas rurais e periurbanas tem o potencial de contribuir para a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável do país e representa uma oportunidade valiosa para os parceiros globais atingirem os seus objectivos de emissões líquidas nulas até 2050.





MUHATU-MIREMPET LEVA DONATIVOS PARA MAIS DE 300 CRIANÇAS

A Rede Muhatu-MIREMPET doou, a 20 de Junho, materiais didácticos ao “Projecto de Alfabetização da Comunidade Carente” pertencente à Paróquia Santa Terezinha do Menino Jesus, no Bairro Lar do Patriota.

A acção de beneficência foi em alusão ao mês da criança. A oferta incluiu mais de 1 000 lápis, 500 afia-lápis, 900 esferográficas, 800 borrachas, 73 réguas, 88 bisnagas de cola branca, 72 conjuntos de lápis de cor entre outros materiais de primeira necessidade escolar, que teve como objectivo de acudir a carência de materiais escolares que enfrentavam cerca de 310 crianças com idades compreendidas entre os 6 a 10 anos.

De acordo com a coordenadora do projecto, a paróquia oferece uma refeição por dia a 72 famílias carentes que em média têm 10 a 11 membros. Às crianças que fazem parte do projecto de alfabetização, é servido um lanche no final do dia.

“Já existem 50 crianças enquadradas no ensino escolar com apoio de pessoas voluntárias, intituladas “padrinhos” que ajudam desde as propinas até ao material didáctico”,

explicou Elizabeth Costa que também clamou para mais pessoas a abraçarem a causa.

A representante da rede Muhatu-MIREMPET, Deise Vilarinho, agradeceu a todos funcionários do Ministério que abraçaram a causa em apoiar as crianças. “Que unamos força para dar a possibilidade de estas crianças estarem dentro do ensino escolar, terem assistência médica e medicamentosa e alimentação!” Apelou.





MUHATU-MIREMPET PARTICIPA DO ENCONTRO DO STEAM

No âmbito das realizações anuais de actividades de Networking da Rede Muhatu Energy Angola (MEA) as integrantes do MIREMPET participaram, a 28 de Junho, no encontro de mentoria organizado pela ExxonMobil, destinado a mulheres Engenheiras e nas áreas de STEAM (Science, Technology, Engineering, Arts and Mathematics).

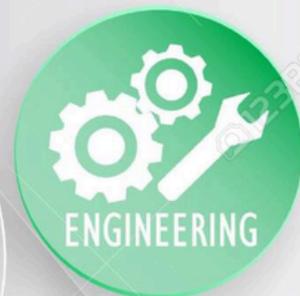
A actividade decorreu sob o lema “Sejamos mulheres que levantam outras mulheres” e foi realizada em alusão ao Dia da Mulher nas engenharias que se comemora a 23 de Junho.

“Para além do empoderamento, da diversificação e integração da mulher, um dos objetivos do networking é o STEAM, que significa, Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática que estão intimamente ligadas as engenharias”, afirmou Luzia Kulanda, consultora de Relações Governamentais da ExxonMobil.

Satisfeita com a realização do evento, Luciana Venâncio disse que foi muito produtivo participar do encontro por ter sido interactivo.



TECHNOLOGY



ENGINEERING



STEAM
EDUCATION



MATHEMATICS



ART



UÍGE REALIZA FEIRA MINEIRA E AGRÍCOLA

No âmbito da Conferência Sobre Investimento no Sector dos Recursos Minerais Petróleo e Gás, realizada no Uíge, representantes dos 16 municípios da província expuseram, a 27 de Junho, os seus produtos agrícolas e alguns minerais que representam as potencialidades da província.

Entre os expositores esteve a operadora mineira Shining Star com a apresentação de amostras de cobre, zinco, chumbo, vanádio e manganés, extraídas localmente, de acordo com informação prestada, por Viti Emanuel, Geólogo Sénior da empresa.

O Geólogo avançou que os trabalhos no depósito de cobre de Tetelo, na região de Maquela do Zombo “estão em fase avançada, estando já em conclusão a parte de engenharia, enquanto os trabalhos de pesquisa continuam”.

Na ocasião, a Administradora Municipal da Damba disse que, para além dos produtos do campo, levaram à feira minerais como galena, areia preta e burgau, muito concorridos para as obras de construção local, e tidas como principais potencialidades da circunscrição. Eulária Dombaxi referiu ainda que têm sido manifestado interesse e existem contactos com empresários para investimentos no sector mineiro.

Durante a estada no Uíge, os Secretários de Estado para os Recursos Minerais, Jânio Corrêa Vítor, e para o Petróleo e Gás, José Barroso, assim como parte da Delegação do MIREMPET, visitaram a Gruta do Nzenzo, uma das Sete Maravilhas de Angola, situada na localidade de Pombo, Município de Ambuila. Acompanhou os visitantes o Governador José Carvalho da Rocha. Outros membros da Delegação estiveram com a Vice-Governadora do Uíge para os Serviços Técnicos e Infraestruturas, Helena Pereira, na zona de Quilomosso, tendo visitado as obras de construção do Hospital Geral, o Estádio de Futebol do Uíge, a área destinada a um projecto habitacional para jovens e o Museu Etnográfico da província.





BIBLIOTECA DO MIREMPET RECEBE REFORÇO BIBLIOGRÁFICO

A Biblioteca do MIREMPET recebeu, a 2 de Julho, a doação de 2 exemplares do livro “Aspectos de Contabilidade na Indústria de Petróleo em Angola” da autoria de António Toco. A acção enquadra-se na iniciativa de recolher junto de editoras, livrarias e pessoas singulares, material bibliográfico diverso.

Segundo o autor, “o livro foi escrito para ajudar os estudantes a entender como o sector petrolífero funciona, sobretudo na parte da contabilidade e, especificamente, no que diz respeito aos termos e conceitos”. António Toco tomou conhecimento da Biblioteca através do bolsheiro do MIREMPET, Daniel Dongo, que se encontra a fazer o doutoramento em Lisboa.

Para Catarina Travessa, Chefe do Departamento de Comunicação Institucional, “é sempre bom que gestos do género venham até nós porque enriquecem o nosso espólio, já que temos muita carência de bibliografia especializada”, frisou a responsável.

Toco é licenciado em Gestão de Empresas pela Universidade Lusíadas de Angola, MBA em Finanças pela BBS – Brazilian Business Scholl, quadro do Sector de Petróleo e Gás a mais de 15 anos. Trabalhou na BP e actualmente encontra-se em serviço na Sonangol - E.P.



A energia verde é a base da transformação para um mundo mais sustentável por meio da transição energética, gerada por métodos sustentáveis a partir de fontes renováveis e limpas. Ela se apresenta como uma alternativa sustentável à energia de origem fóssil, como derivados de petróleo, carvão e gás natural. Essas últimas, além de virem de fontes esgotáveis, estão entre as principais emissoras de gases do efeito estufa.

Para ser considerada energia verde, não basta a fonte de energia ser renovável ou emitir poucos poluentes durante o uso. É preciso que o processo de geração e distribuição também seja o mais sustentável possível.

A energia verde é gerada a partir de fontes naturais e renováveis, que não esgotam os recursos da Terra. Aqui encaixam-se as energias eólica, solar, hidráulica, de biomassa, hidrogênio verde e etanol usadas para substituir as energias não renováveis derivada de combustíveis fósseis.

Porém, o enquadramento na definição vai além da matéria-prima: a energia verde também precisa considerar o impacto da própria geração e implantação. Por exemplo, as grandes usinas hidroelétricas, apesar de usarem fonte renovável e limpa, podem provocar impactos ambientais negativos pela mudança de curso das águas ou pela emissão de gás metano nas barragens. Além disso, a energia que vem da queima de madeira (biomassa) emite CO₂ – ainda que venha de plantações renováveis específicas para isso.

Para se produzir energia verde, portanto, é importante pensar em toda a cadeia de produção, distribuição e implementação. Devem ser considerados, por exemplo: as placas da captação de energia solar, a circularidade da matéria-prima da biomassa e o impacto ao ecossistema nos locais de implantação das usinas.

A importância da energia verde reside na promoção do desenvolvimento econômico sustentável, de forma a diversificar a matriz energética colaborando para a transição energética global, além de conservar recursos naturais e desacelerar os impactos causados pelas mudanças climáticas tais como;

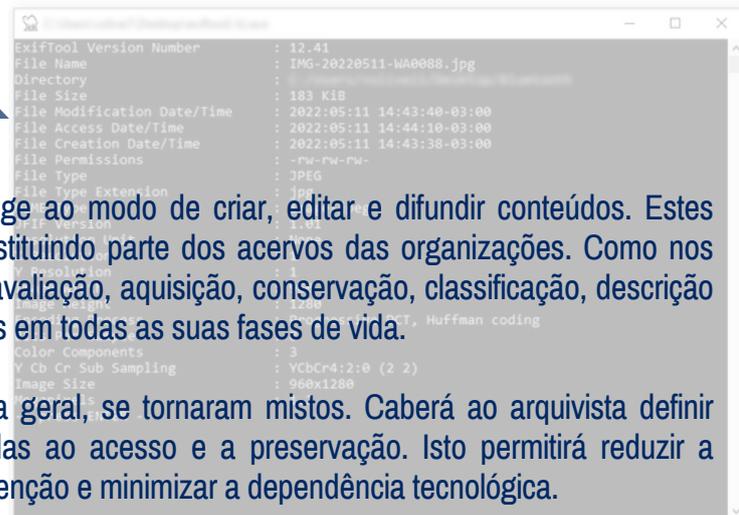
- Diversificação da matriz energética;
- Promoção do desenvolvimento sustentável;
- Inovação tecnológica;
- Geração de emprego e mão-de-obra qualificada;
- Conservação de recursos naturais e ecossistemas;
- Redução das emissões de gases de efeito estufa;
- Melhoria da qualidade do ar e da saúde da população;
- Estímulo à economia verde;
- Conscientização da população sobre a relevância de boas práticas socio-ambientais;
- Sustentabilidade das mais diversas cadeias produtivas.

Ainda que a energia verde apresente muitas vantagens, precisamos considerar alguns desafios como:

- Custo inicial de implantação: além da tecnologia, é preciso arcar com estudos de impacto ambiental para assegurar que a energia seja de facto sustentável ou verde.
- Impacto na implantação: a depender do tamanho das estruturas, pode haver impacto sobre populações e ecossistemas locais.
- Intermitência: algumas fontes de energia verde, como solar e eólica, dependem das condições climáticas. Portanto, se as placas solares forem instaladas em região de baixa incidência solar ou pouco vento, haverá pouca produção de energia.
- Dificuldade na conscientização da população sobre a relevância da energia verde e a importância do tema.

Estes desafios podem ser superados com programas de incentivo e a criação de políticas públicas que favoreçam a implementação e geração de energia verde de forma justa e eficiente. Da mesma forma, o manejo integrado e a diversificação de fontes impactam positivamente na transição energética. Evitar a dependência de uma única matéria-prima é essencial para qualquer tipo de energia.

Fonte: <https://www.raizen.com.br/blog/energia-verde>



Os documentos digitais possuem diversas facilidades no que tange ao modo de criar, editar e difundir conteúdos. Estes registros estão sendo produzidos de maneira orgânica e vêm constituindo parte dos acervos das organizações. Como nos documentos tradicionais, as sete funções arquivísticas (produção, avaliação, aquisição, conservação, classificação, descrição e difusão) também devem ser consideradas para os arquivos digitais em todas as suas fases de vida.

Com a demanda por documentos digitais, os acervos de maneira geral, se tornaram mistos. Caberá ao arquivista definir padrões para a produção, tendo em atenção questões relacionadas ao acesso e a preservação. Isto permitirá reduzir a diversidade de formatos de arquivo, bem como facilitar a sua manutenção e minimizar a dependência tecnológica.

Tendo em vista o advento dos documentos digitais na Arquivística, nem sempre todos os documentos digitais têm valor. Muito “lixo digital” vem sendo armazenado, sendo que é necessário fazer-se como nos documentos tradicionais, uma avaliação documental.

Ao abordar a classificação dos documentos digitais é quase impossível reconstruir a organicidade de massas acumuladas em virtude da complexidade do meio informático. Documentos arquivísticos em meio digital precisam ser classificados no momento de sua criação, sem ela tornam-se dispersos e de difícil localização. A dependência por parte das organizações de informação digital, vem impulsionando a implementação de técnicas e políticas para garantir a durabilidade destes registros diante das vulnerabilidades dos seus suportes, que agora estão mais frágeis e rapidamente se tornam obsoletos.

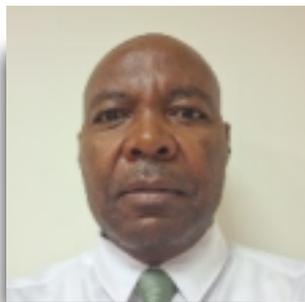
Ressalta-se que a finalidade do trabalho do arquivista é preservar os documentos de valor secundário e possibilitar o seu acesso, logo, a conservação não pode ser considerada como um fim. Com a expansão das tecnologias da informação, ocorreu uma demanda pela digitalização de documentos, proporcionando a estes, maior flexibilidade quanto ao acesso e difusão. Para os documentos nato-digitais implicará o uso de sistemas de acesso e formatos de arquivo amplamente conhecidos pelos usuários.

Outro aspecto importante na gestão dos arquivos digitais é o papel desempenhado pelos metadados. Junto com o documento arquivístico digital outros dados sobre os eles também deverão ser disponibilizados para auxiliar a sua recuperação e assim aumentar a precisão das buscas realizadas pelos usuários. O acesso aos documentos arquivísticos em meio digital potencializou novas formas para o seu acesso e difusão, mas trouxe por outro lado novos requisitos a serem considerados, como, por exemplo, os formatos oferecidos e a possibilidade de se fazer buscas temáticas, cronológicas, por palavras-chave, etc.

O meio digital vem obrigando a necessidade de maior interligação entre as funções arquivísticas, facto que pode ser justificado pelo surgimento dos metadados. A inserção de metadados é essencial no momento da produção e da gestão de documentos arquivísticos digitais. Além disso, auxiliam a classificação, a avaliação, a preservação digital e a difusão, assim, é preciso compreender a relação do documento com o contexto tecnológico de hardware, software e suporte. Neste sentido, práticas como a Gestão Electrónica de Documentos e a Preservação Digital ganharam relevância na Arquivística e se tornam indispensáveis para os arquivos contemporâneos.

Referências Bibliográficas

- BECK, Ingrid, O Ensino da preservação documental nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia: perspectivas para formar um novo profissional, Niterói: [s. n.], 2006.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli, Arquivos permanentes: tratamento documental. 4ª ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- CAMPOS, Fernanda; SARAMAGO, Maria Lurdes, Preservação digital de longo prazo em instituições patrimoniais: reutilização e adaptação de metadados, Ponte Delgada, BAD, 2007.
- FERREIRA, Miguel, Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e atuais consensos, Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006.
- GIL, Antônio Carlos, como elaborar projetos de pesquisa, São Paulo, Atlas, 2010.



Por: Guilherme Baptista
Responsável de Comunicação da
ANRM

Para falar é preciso mover a língua e frequentemente esta “bate” nos dentes, conseqüentemente esta expressão está a descrever alguém que fala mais do que deveria ou seria aconselhável. Mais do que isso!

A expressão “dar com a língua nos dentes” é usada para descrever uma pessoa que revela um segredo sobre outra pessoa ou até mesmo que denuncia ou acusa alguém de alguma transgressão ou crime. Para dizer, esta expressão é, na maior parte das circunstâncias, usada para descrever uma pessoa que denuncia ou acusa outra.

É por isso que podemos dizer que a expressão significa o mesmo que deletar ou chibar. No Português da nossa terra, alguém que dá com a língua nos dentes é fofoqueiro/a.



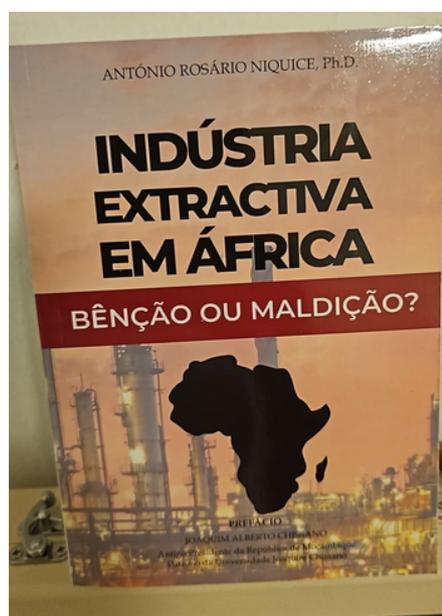
Sugestão de leitura **INDÚSTRIA EXTRACTIVA EM ÁFRICA: Bêncção ou Maldição?**

Por: Soberano Kanyanga
Jornalista e Escritor

Apontámos para sugestão de leitura o livro "**INDÚSTRIA EXTRACTIVA EM ÁFRICA: Bêncção ou Maldição?**" de António Niquice, político, escritor e docente moçambicano. O livro aborda o impacto dos recursos minerais em diferentes países e comunidades. Explica como a exploração e gestão desses recursos podem ser uma fonte de grande riqueza e desenvolvimento (a "bêncção"), mas também podem levar a problemas significativos, como conflitos, corrupção e degradação ambiental (a "maldição"). O autor analisa casos específicos e discute políticas e estratégias para maximizar os benefícios e minimizar os danos associados à exploração de recursos minerais.

Segundo António Niquice, **os recursos minerais podem se constituir em maldição quando se houver:** Má Gestão e Corrupção; Conflitos Sociais e Políticos; Dependência Económica; Impactos Ambientais; Desigualdade Social e Falta de Desenvolvimento Sustentável.

Segundo o autor, os recursos minerais podem se constituir em bêncção quando há: Boa Governança e Gestão; Investimento em Infraestrutura e Serviços Públicos; Diversificação Económica; Desenvolvimento Social; Protecção Ambiental; Estabilidade e Paz Social e Fortalecimento Institucional; Além de "INDÚSTRIA EXTRACTIVA EM ÁFRICA: Bêncção ou Maldição?", António Niquice escreveu: “Economia e Desenvolvimento Sustentável em África” e “Gestão de Recursos Naturais e Políticas Públicas”.





Por: João Chimuco

Administrador Executivo da ANRM

Os **minerais críticos** ou **minerais de transição energética** são considerados essenciais para o desenvolvimento de tecnologias e processos necessários na transição para uma economia de baixo carbono. Eles são fundamentais para a produção de energias renováveis, veículos eléctricos, armazenamento de energia, entre outras tecnologias limpas. Podemos citar os principais como sendo: o lítio, o cobalto, o níquel, o cobre, os elementos de terras raras (como neodímio e disprósio), a grafite, o manganês, a platina, o paládio, dentre outros.

A história dos minerais críticos é associada ao seu papel indispensável no desenvolvimento tecnológico e económico das sociedades. À medida que avançamos para um futuro mais sustentável, a gestão responsável e inovadora desses recursos continuará a ser essencial para o progresso global.

A adjectivação da criticidade a estes recursos minerais deve-se ao facto de o seu fornecimento ser limitado devido a factores geológicos, geopolíticos e/ou económicos. A demanda por esses minerais está crescendo rapidamente devido à transição energética global, o que pode levar a desafios na cadeia de suprimentos e a necessidade de investimentos na mineração sustentável e responsável, na reciclagem e na inovação tecnológica, por forma a garantir e facilitar o acesso a esses recursos essenciais.

A importância dos minerais críticos acentuar-se-á à medida que a sociedade caminhar em direção a um futuro mais sustentável e tecnologicamente avançado. Neste quesito, importa destacar este reflexo no campo da transição energética e da sustentabilidade, da mobilidade eléctrica através dos veículos eléctricos actualmente bastante utilizados, da inovação tecnológica, da segurança nacional e geopolítica, do desenvolvimento económico, da saúde e qualidade de vida das populações fundamentalmente no usufruto de infraestruturas modernas incluindo sistemas de transportes e edificações sustentáveis.

As principais reservas de minerais críticos do planeta estão localizadas em várias regiões do mundo, muitas vezes concentradas em poucos países.

O **lítio**, como importante matéria-prima no fabrico de baterias de íons de lítio para veículos eléctricos, dispositivos electrónicos e de armazenamento de energia, suas reservas minerais principais, concentram-se fundamentalmente em países como Chile, Austrália, Argentina e Bolívia onde podemos, actualmente, encontrar a maior reserva mundial desde bem mineral, embora pouco explorada, que é a Salar de Uyuni.

O consumo global de lítio tem crescido rapidamente, com uma demanda projectada de mais de 820 mil toneladas de carbonato de lítio equivalente (LCE) até 2025. Em países com alta adopção de veículos eléctricos, como a Noruega e a China, o consumo per capita de lítio é significativamente maior do que a média global.

O **cobalto**, que é a matéria-prima principal utilizada no fabrico de baterias de íons de lítio, superligas para turbinas a gás e catalisadores químicos, tem as suas reservas mundiais principais em países como Cuba, Austrália e a República Democrática do Congo que detém cerca de 70% das reservas mundiais deste recurso, ocorrendo principalmente na província de Katanga, no Leste deste país.

O consumo global de cobalto foi de aproximadamente 200 mil toneladas em 2023, com um crescimento contínuo devido à demanda por baterias. Países com grandes indústrias de fabricação de baterias, como China, Coreia do Sul e Japão, têm um consumo per capita de cobalto mais alto.

O **Níquel**, sendo o elemento principal na fabricação de baterias de íons de lítio, produção de aço inoxidável e superligas, tem

as suas reservas minerais localizadas em países como a Indonésia com vastas reservas de níquel laterítico, as Filipinas, a Rússia (a região de Norilsk é uma das maiores fontes de níquel do mundo) e Canadá que possui grandes depósitos de sulfeto de níquel, especialmente em Sudbury e Voisey's Bay.

O consumo global de níquel foi de cerca de 3,2 milhões de toneladas em 2023, com uma parte crescente usada em baterias de veículos eléctricos. O consumo per capita de níquel é elevado em países com grandes indústrias de aço inoxidável e veículos eléctricos, como a China e o Japão.

O **cobre**, importante recurso mineral utilizado na concepção de infraestruturas eléctrica, electrónicos, de construção civil e de veículos eléctricos, tem as suas reservas minerais principais concentradas em países como Zâmbia, República Democrática do Congo, Perú, EUA e Chile que é o maior produtor mundial de cobre, com enormes depósitos na Cordilheira dos Andes, como a mina de Escondida.

O consumo global de cobre foi de aproximadamente 25,23 milhões de toneladas em 2020. Países desenvolvidos e em desenvolvimento com grandes projectos de infraestrutura, como EUA, China e Alemanha têm um consumo per capita de cobre mais alto.

Os **elementos de terras raras** (neodímio, disprósio, etc.), importante recurso para o fabrico de ímãs permanentes para turbinas eólicas, motores de veículos eléctricos, electrónicos e equipamentos de defesa, tem depósitos principais maioritariamente concentrados nos EUA, Brasil, Austrália e China que detém cerca de 37% das reservas mundiais e é responsável por mais de 70% da produção global, com grandes depósitos na região da Mongólia Interior, como a de Bayan Obo.

O consumo global de terras raras foi de cerca de 300 mil toneladas em 2023. Países com grandes indústrias tecnológicas e de energia renovável, como a China, os EUA e a Alemanha apresentam um consumo per capita maior de terras raras.

A **grafite**, como sendo componente principal em ânodos de baterias de íons de lítio, lubrificantes, refractários e materiais compostos, tem os seus principais depósitos mundiais localizados em países como China, Brasil, Moçambique e Madagáscar.

A China é o maior produtor mundial de grafita, com grandes depósitos em Heilongjiang e Shandong, enquanto o Brasil posiciona-se em segundo lugar, com reservas principalmente no Estado de Minas Gerais e da Bahia.

O consumo global de grafite natural foi de cerca de 3,2 milhões de toneladas em 2023. O consumo per capita de grafite é mais alto em países com grandes indústrias de baterias, como China e Coreia do Sul.



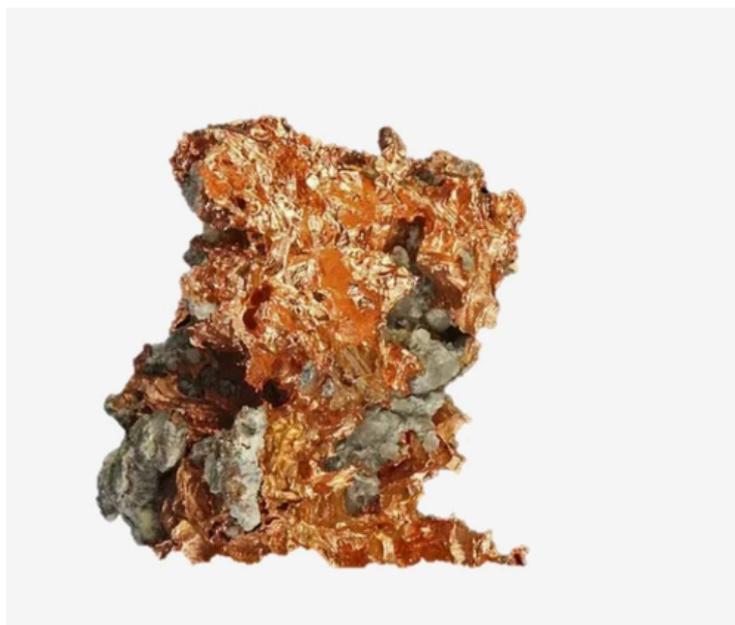
Escândio (Elm. Ter. Raras)



cobalto



Nióbio



cobre

Referindo-se ao **manganês**, como importante matéria-prima utilizada em baterias e na produção de aço de alta qualidade, as suas reservas minerais principais estão geograficamente localizadas em Países como a Austrália, o Brasil e a África do Sul que detém cerca de 80% das reservas mundiais de manganês, principalmente na região de Kalahari.

O consumo global de manganês está fortemente ligado à produção de aço, uma vez que cerca de 90% do manganês produzido é utilizado na indústria siderúrgica. Em 2023, o consumo global de manganês foi estimado em cerca de 35 milhões de toneladas de minério de manganês.

Os minerais críticos desempenham um papel fundamental na sociedade actual e futura, especialmente no contexto da transição energética e do desenvolvimento de tecnologias avançadas

À medida que a transição energética e a adopção de tecnologias avançadas são mais comumente usadas, a demanda por minerais críticos deverá aumentar significativamente.

O consumo per capita de minerais críticos varia amplamente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, reflectindo diferenças na industrialização, adopção tecnológica e em infra-estrutura.

A concentração geográfica das reservas de minerais críticos implica desafios e oportunidades. Estes desafios são de natureza geopolítica, visto que a dependência de poucos países para o fornecimento desses minerais pode levar a tensões geopolíticas e interrupções na cadeia de suprimentos influenciando na sustentabilidade e na actividade mineira responsável, uma vez que a extracção desses minerais deve ser gerida de forma sustentável, por forma a minimizar os impactos ambientais e sociais. Por outro lado, deve-se considerar a aposta na inovação e na reciclagem com base em investimentos em tecnologia e busca de alternativas a esses minerais podendo assim, ajudar a mitigar os riscos de abastecimento e promover uma economia circular.

A gestão das reservas de minerais críticos é essencial para suportar o crescimento das tecnologias avançadas e a transição para uma economia de baixo carbono.

Finalmente, é importante destacar que os minerais críticos têm uma influência abrangente na vida das populações, desde a tecnologia e comunicação até à saúde, na economia, na segurança e na concepção de infra-estruturas. A gestão sustentável desses recursos é essencial para garantir que seus benefícios sejam maximizados enquanto os impactos negativos são minimizados.

"O Executivo angolano entende que é necessário um quadro regulatório sobre os mercados de carbono, para permitir a promoção de um ambiente de negócio adequado e atrair os investidores em novas soluções energéticas de baixo carbono e outros instrumentos de financiamento inovadores".

Secretário de Estado para o Petróleo e Gás, José Barroso, no lançamento do programa "Cozinha Sustentável" (Clean Cooking), 04.07.2024.

"Notei também que o programa moçambicano de ajuda às comunidades é mais eficaz, uma vez que está afectado aos royalties e podem ser atribuídos várias vezes ao ano".

Djanira Santos, Administradora Executiva da ANRM, Intercâmbio ITIE - Angola e Moçambique, 04.07.2024.

"Foi um grande marco para o país e a ITIE superar barreiras legais para que haja acesso às informações financeiras resultantes da indústria extractiva e maior reconciliação de dados".

Tatiana Alvarenga, acompanhante do Secretariado Internacional da ITIE para Angola e Moçambique, 04.07.2024.

"Tratando-se da avaliação do país e não apenas do Comité, a expectativa deve ser da sociedade em geral. Normalmente, as recomendações ao Relatório apontam para oportunidades de melhoria que podem incidir sobre a conformação legal para que as empresas extractivas forneçam informações e haja divulgação de contratos rubricados entre os estados".

Isabel Chuvambe, Directora Executiva da ITIE-Moçambique.



Por: Carmo Canguary

Técnico de Comunicação Institucional

Lisboa, Julho de 2024 - Os recursos minerais desempenham um papel significativo na economia de Portugal, tanto ao longo da história como na economia contemporânea. Embora não seja um dos principais produtores mundiais de minerais, o país possui uma variedade de recursos que contribuem de maneira importante para a economia.

Histórico e importância

Portugal tem uma longa tradição na mineração, que remonta aos tempos romanos e até antes. Regiões como o Alentejo, Trás-os-Montes e Algarve têm sido historicamente importantes para a exploração mineral.

Ao longo dos séculos, os recursos minerais, como o cobre, o estanho, o ferro e o ouro, contribuíram significativamente para o desenvolvimento de Portugal, especialmente durante períodos de exploração colonial e expansão marítima.

Recursos minerais actuais

O país possui depósitos de minerais metálicos, como tungstênio, lítio, estanho, cobre e ouro, que são explorados comercialmente. O tungstênio é particularmente relevante, sendo um recurso estratégico utilizado em indústrias de alta tecnologia.

E o lítio é um mineral crucial para a produção de baterias para veículos eléctricos e dispositivos electrónicos. A exploração do lítio tem o potencial de atrair investimentos estrangeiros e fomentar o desenvolvimento da indústria tecnológica e de energias renováveis no país.

Além dos minerais metálicos, o país também possui recursos significativos de minerais não-metálicos, como o mármore (explorado na região do Alentejo e Algarve), a argila e o feldspato.

Impactos na economia portuguesa

A mineração cria empregos directos nas minas e empregos

directos nas áreas circundantes, ajudando no desenvolvimento económico regional. Em áreas rurais, pode ser uma das principais fontes de emprego, proporcionando sustento para comunidades locais.

A exploração de recursos minerais muitas vezes requer investimentos significativos em infra-estrutura, como estradas e transporte ferroviário, o que pode beneficiar outras indústrias e a economia local.

A riqueza mineral de Portugal atrai investimentos estrangeiros, especialmente no sector de lítio, à medida que a demanda por baterias para veículos eléctricos cresce globalmente. Investimentos em infra-estruturas de mineração e tecnologia avançada trazem benefícios tecnológicos e de capacitação.

A exploração e processamento de minerais como o lítio incentivam a inovação tecnológica, contribuindo para o avanço da indústria de energias renováveis e sustentabilidade.

Parcerias com universidades e centros de pesquisa fomentam a inovação e o desenvolvimento de novas tecnologias de mineração.

Há um crescente foco na mineração sustentável e responsável, com a implementação de práticas que minimizem o impacto ambiental.

A regulação e as políticas governamentais estão direccionadas para garantir que a exploração mineral seja conduzida de maneira sustentável.

Desafios e perspectivas futuras

O impacto ambiental da mineração é uma preocupação significativa. Portugal está a investir em práticas de mineração sustentável para minimizar danos ambientais e promover a recuperação de áreas mineradas.

Embora a mineração seja importante, a diversificação da economia é essencial para a resiliência económica a longo prazo. Investir em tecnologia, turismo, agricultura e outras indústrias complementares pode ajudar a equilibrar a dependência dos recursos minerais.

Em suma, os recursos minerais de Portugal desempenham um papel crucial na economia do país, contribuindo para o desenvolvimento regional, geração de empregos, receitas de exportação e atração de investimentos estrangeiros.

Os links dos sites abaixo são excelentes pontos de partida para encontrar informações detalhadas e actualizadas sobre os recursos minerais em Portugal, suas políticas de exploração e impacto na economia.

Referências bibliográficas

<https://www.dgeg.gov.pt/> , <https://www.ineg.pt/> ,
<https://www.apemeta.pt/pt/> , <https://www.portugalglobal.pt/>



Francisca Diogo apela à Formação

Francisca Mendes Lourenço Diogo de Jesus é filha de Agostinho Lourenço e de Maria Gaspar Pereira Mendes. O nosso rosto da casa, nasceu em Luanda, no Bairro Mártires de Kifangondo, a 13 de Julho. A mais nova de oito irmãos é casada, mãe de três filhos e reside actualmente no Zango Zero.

Francisca fez o ensino primário na escola Santa Paz, passou pela escola Ngola Kiluanje e posteriormente pelo PUNIV onde fez o ensino médio. Licenciou-se em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Lusíadas de Angola, em 2012.

O rosto da casa tem experiência profissional nas áreas de Secretariado Executivo, Gestão de Recursos Humanos e Contabilidade.

Antes de ingressar no Ministério, trabalhou numa empresa de software informático durante nove anos, que era praticamente de família. A relação com os colegas era boa porque eles acolhiam as pessoas e não deixavam que se sentissem excluídos deste seio. Contou-nos que foram nove anos de muito trabalho, respeito mútuo e uma boa liderança.

“Deus foi tão bom para mim e deu-me a oportunidade de ingressar na Função Pública no ex-MINPET, a 28 de setembro de 2007”, referiu.

Francisca começou a trabalhar na Secretária-geral, na área de expediente e posteriormente passou para o Gabinete de Ambiente e Segurança (GAS). Depois de algum tempo fez parte do pessoal do quadro, como técnica, categoria que desempenha até a presente data.

Mesmo com formação académica em Gestão de Recursos Humanos, abraçou o desafio e foi trabalhar na área de Segurança Industrial. “Quando se faz algo que gostamos, o trabalho é bem feito”, disse. Francisca desempenhou a função com muita responsabilidade, zelo e dedicação, uma vez que o Ministério tem investido na formação dos seus colaboradores, então isso ajudou-a a reforçar os seus conhecimentos “porque sem formação o funcionário não consegue exercer bem as tarefas atribuídas”, falou entusiasmada.

Ao longo do tempo foi apresentada às outras Direcções e de seguida, começou a trabalhar com a Senhora Helena – hoje aposentada - e a Carla Patrícia que está no Intercâmbio. Ambas lhe transmitiram muito conhecimento, para além dos que já possuía. Na época gozava com a Patrícia, porque em vez de chamá-la pelo nome, chamava-a professora.



Francisca era a mais jovem e acarinhada no Gabinete que considerou saudável. Diziam-lhe, brincando: “tu já sabes, então porquê que temos que te ensinar?” Mesmo sabendo, “a prática é sempre melhor que a teoria por isso, aprendemos cada vez mais coisas novas”, frizou.

No Gabinete de Ambiente e Segurança (GAS), encontrou a dona Antonica Zulo que considera como um “anjo” que havia caído do céu pela forma que a recebeu porque era daquelas pessoas que não media esforços para ajudar no que fosse

necessário, transmitiu-lhe bastante experiência que adicionou ao pouco que trazia da Secretária-geral, essencial para a sua ascensão ao quadro técnico.

Francisca falou também com agrado do Eng.º André Manuel, o Eng.º Estanislau Gaspar que actualmente é o chefe de departamento, como aquelas pessoas que contribuíram e contribuem para o reforço do seu profissionalismo.

“Para mim o Eng.º Manuel Xavier não é um chefe é um líder, porque fui tratada como uma filha, demonstrou muito amor. Ele dava conta a partir do comportamento se algum técnico tivesse problema pessoal, pedia para que fosse para casa. Mudámos muito a nossa personalidade por causa dele”, acrescentou.

Francisca apela aos colegas a apostarem na formação, mesmo que seja de iniciativa própria e não esperar que o Ministério faça tudo porque segundo ela “a insistência é a chave fundamental para o sucesso de qualquer carreira”.

Nos tempos livres, o nosso rosto da casa gosta de ouvir música romântica, dançar semba e dedica-se também à leitura. O seu livro preferido é “Morri para viver”, de Andressa Urach. Outra das suas paixões é a gastronomia. “Confecciono vários tipos de pratos, mas o favorito é o funje de carne seca. Não tenho problema em aprender novas receitas porque fui orientada e incentivada pelas minhas irmãs mais velhas”, explica.

Apesar da sua mãe ser da Igreja Metodista, Francisca professa o catolicismo. Defende o respeito, a empatia e amor entre os colegas, independentemente do grau académica de cada um.

Francisca recorda com nostalgia as palavras do saudoso pai que dizia “temos que saber andar. A vida não é um problema para ser resolvido e não existe fórmula mágica. Por isso, a gente vai vivendo, conquistando uma vitória de cada vez. Elas às vezes demoram, mas o importante é chegar lá com ajuda de Deus”, concluiu.



ANIVERSARIANTES DO MÊS DE JULHO FELIZ ANIVERSÁRIO

ALEXANDRE GARRET



GEPE
03/07

GEHOVANE ERNESTO



DNSEA
03/07

FERNANDA DOS SANTOS



GS
03/07

NILTON VASCONCELOS



GABINT
05/07

JOSÉ M. DE JESUS



DNSEA
05/07

ESPERANÇA SANTOS



GM
08/07

DÁRIO AFONSO



GRH
09/07

DIAMANTINO AZEVEDO



MINISTRO
12/07

ESTEFÂNIA ALMEIDA



DNSEA
13/07

FRANCISCA DE JESUS



DNSEA
13/07

PAULO TANGANHA



DNRM
14/07

NUNES ESTEVÃO



DNRM
15/07

IDLÊNIA MARTINS



GEPE
15/07

MÁRCIO PACHECO



DNPGB
16/07

FELICIANA VIEGAS



GTICI
20/07

BRIZARDA MARTINS



GRH
20/07

ABRÃO FILIPE



DNPGB
20/07

ONDJAI MONTEIRO



SG
20/07

PEDRO MADIAKATO



GS
21/07

ANA VAN-DUNEM



DNFCL
25/07

CÂNDIDA RÓMULO



SG
25/07

RUFINO SAPALO



SG
25/07

YURI PINTO



GEPE
31/07

AGENDA

02 e 03.10.2024 - 5ª edição da Conferência e Exposição Angola Oil & Gas

23 e 24.10.2024 - Conferência Internacional de Diamantes de Angola (AIDC), Lunda Sul

FICHA TÉCNICA

Director: Luciano Canhanga

Supervisora: Catarina Travessa

Coordenadora: Cristina Cunha

Redacção: Belarmino Gomes, Nelson Muanha, Queirós Silva, Feliciano Luzayamo, Emídio Cachitono, Alexandre Sousa e Carmo Canguary,

Colaboração: Edaltina Mónica e Guilherme Baptista

Paginação: Organizações HOTCHALI

MINISTÉRIO DOS RECURSOS MINERAIS, PETRÓLEO E GÁS

O Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, abreviadamente designado por "MIREMPET" é o Departamento Ministerial auxiliar do Titular do Poder Executivo, responsável pela formulação, condução, execução, controlo e acompanhamento da política do Executivo relativo às actividades geológicas e minerais, de petróleo, gás e biocombustíveis, nomeadamente, a prospecção, exploração, desenvolvimento e produção de minerais, petróleo bruto e gás, refinação, petroquímica, armazenagem, distribuição e comercialização de produtos minerais e petrolífero, bem como a produção e comercialização de biocombustíveis, sem prejuízo da protecção do ambiente.

DIRECÇÃO SUPERIOR

Ministro – Diamantino Pedro Azevedo
Secretário de Estado para os Recursos Minerais – Jânio da Rosa Corrêa Victor
Secretário de Estado para o Petróleo e Gás – José Alexandre Barroso

SERVIÇO DE APOIO INSTRUMENTAL

Director do Gabinete do Ministro - Euclides de Oliveira
Directora Adjunta do Gabinete do Ministro - Lídia Lopes
Director do Gabinete do Secretário de Estado para os Recursos Minerais - Omar Garnacho
Directora do Gabinete do Secretário de Estado para Petróleo e Gás - Adérta Oliveira

SERVIÇOS EXECUTIVOS DIRECTOS

Director Nacional de Recursos Minerais - Paulo Niva Tanganha
Director Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - Alcides Santos

Director Nacional de Formação e Conteúdo Local - Domingos Francisco

Director Nacional de Segurança Industrial, Emergências e Ambiente - Manuel Júnior

SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO

Secretário Geral - Américo da Costa
Director do Gabinete de Recursos Humanos - Paula Fernandes
Director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística - Alexandre Joaquim Garrett
Director do Gabinete de Supervisão - Jacinto Cortez
Director do Gabinete de Intercâmbio - Luís Baptista António
Director do Gabinete Jurídico - Eunice Ferraz
Director do Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação Institucional - Luciano António Canhanga

ÓRGÃOS SUPERINTENDIDOS

Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis - Paulino Jerónimo
Agência Nacional dos Recursos Minerais - Jacinto Ferreira dos Santos Rocha
Sonangol - Sebastião Pai Querido Gaspar Martins
Endiama - José Manuel Augusto Ganga Júnior
SODIAM - Eugénio Bravo da Rosa
Instituto Geológico de Angola - José Manuel
Instituto Regulador dos Derivados do Petróleo - Luís Fernandes
Instituto Nacional de Petróleo - Alegria Joaquim
Comissão Nacional do Processo Kimberley - Estanislau Buio